

“A reforma bancária vai dar ao novo governo mais flexibilidade”

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

“A reforma das finanças públicas federais, em fase final de definição, vai assegurar para o próximo governo maior flexibilidade para administrar a dívida pública interna.” A afirmativa é do diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luiz da Silveira Miranda, com a garantia de que este governo deixará para o novo presidente “um perfil bem razoável” da dívida federal.

De acordo com o novo documento do ajuste interno e externo, distribuído ontem pelo Banco Central, a dívida pública mobiliária fechou o último trimestre, com Cr\$ 64,2 trilhões, dos quais Cr\$ 59,9 trilhões cons-



Silveira Miranda

tituídos de ORTN. Em LTN, a dívida atingiu Cr\$ 4,3 trilhões — registrados pelo valor de face — e o estoque de papel do governo

federal fora das autoridades monetárias equivalia a 49% da responsabilidade do Tesouro nacional por títulos em circulação.

Já o saldo dos títulos da dívida estadual e municipal alcançou em setembro o total de Cr\$ 6 trilhões, revelando um crescimento de 124,9% nos nove primeiros meses do ano e de 186,3% em doze meses. Conforme informa o documento, os estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, Rio Grande do Sul e de Minas Gerais juntos são responsáveis por 86% da dívida mobiliária estadual e municipal.

Os recursos fiscais, provenientes do esforço desenvolvido no âmbito do orçamento da União para a redução do déficit público, foram reprogramados para

Cr\$ 9 trilhões ao final de 1984, dos quais Cr\$ 7 trilhões devem representar superávit de caixa e Cr\$ 2 trilhões, correspondem à retenção da receita pelos bancos comerciais na virada do ano. Anteriormente, o governo tinha programado para o final deste ano um superávit do Tesouro da ordem de Cr\$ 5,8 trilhões, cifra que foi praticamente atingida em setembro.

As necessidades de financiamento interno das empresas estatais representaram Cr\$ 14,8 trilhões. Este valor, quando descontadas as correções monetária e cambial, equivale a Cr\$ 242 bilhões. As estatais captaram no setor externo o correspondente a Cr\$ 2,8 trilhões.